



Revista
de Psicologia
ISSN 2179-1740

PRECISAMOS VERDADEIRAMENTE DE UM VERDADEIRO SEXO? ANÁLISE DO FILME TOMBOY PELAS LENTES DE MICHEL FOUCAULT

*DO WE REALLY NEED A TRULY SEX? ANALYSIS OF TOMBOY MOVIE BY MICHEL
FOUCAULT LENSES*

Igor do Carmo Santos¹
Valber Luiz Farias Sampaio²
Joelma do Socorro Lima Bezerra³
Auzy Cleyce Costa Sousa⁴
Maria Lúcia Chaves Lima⁵

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo analisar o filme Tomboy, por meio da discussão acerca da constituição do sujeito engendrado no dispositivo de sexualidade, proposto pelo filósofo francês Michel Foucault. O filme apresenta a história de uma garota que cria uma identidade socialmente demarcada como masculina, após se mudar para uma nova localidade com sua família. No artigo, abordamos primeiramente o roteiro do filme e os motivos pelos quais escolhemos esse título cinematográfico. Posteriormente, dedicamo-nos às contribuições que o filósofo Foucault deixou como legado diante da temática referente à sexualidade. Para finalizar, apresentamos fragmentos do filme Tomboy, articulando-o com os operadores e ferramentas foucaultianas, de sorte a problematizar pontos significativos que dizem respeito à nossa atual "experiência de sexualidade", construída repleta de normas e binarismos. Trata-se, portanto, de um arquear provisório sobre os modos de pensar a constituição do sujeito, em função de sua sexualidade, estreitando a problemática ligada à relação saber-poder, saber-verdade.

Palavras-chave: Constituição do sujeito; sexualidade; verdade; Foucault; Tomboy.

Abstract

The present essay aims to analyze the film Tomboy through the discussion about the constitution of the subject engendered in the sexuality system proposed by the French philosopher Michel Foucault. The film features the story of a girl who creates a socially demarcated identity as a male, after moving to a new location with her family. In the article, we analyze in the first place the script of the film and the reasons why we chose this movie title. Subsequently, we dedicated ourselves to the contributions that the philosopher Foucault left as a legacy on the subject of sexuality. To conclude, we present parts of the Tomboy film, articulating it with Foucauldian operators and tools, so as to problematize significant points that reference our current "experience of sexuality", built full of norms and binarisms. It is, therefore, a temporary archetype on the ways of thinking the constitution of the subject, in function of his sexuality, narrowing the problematic related to the relation knowledge-power, knowledge-truth.

Keywords: Subject constitution; sexuality; truth; Foucault; Tomboy.

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e psicólogo do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB). Brasil. igor_psico@yahoo.com.br, Conjunto PAAR, Q: 98, Número: 53. Bairro: Maguari. Ananindeua/PA. CEP: 67145-034. <https://orcid.org/0000-0002-6982-9971>

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA, especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ) e psicólogo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no município de Castanhal/PA. Brasil. valbersampaio@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no município de Abaetetuba/PA. Brasil. joelma_lima02@yahoo.com.br

⁴ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Castanhal/PA. Brasil. cleycecosta@hotmail.com

⁵ Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Brasil. marialuciacl@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3062-2399>

INTRODUÇÃO

Em um de seus últimos textos, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) aborda o objetivo de seu trabalho, que seria mais do que fazer uma análise sobre/do poder: visava a criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos. No terceiro e último momento dos seus trabalhos, no qual Foucault se dedica principalmente ao tema da sexualidade, ocorre um deslocamento histórico-temporal na sua obra, uma vez que seu trabalho sai do estudo de diversas práticas que ocorreram entre os séculos XVI a XIX, para fazer um retorno ao estudo dos textos da Grécia Antiga. O filósofo faz esse retorno justamente para tentar encontrar os traços e vestígios que apontem para a proveniência das práticas de si, ou seja, práticas que os próprios sujeitos exerceriam sobre si, a fim de se constituírem enquanto tais.

Nesse sentido, Foucault realiza uma genealogia da sexualidade ao buscar demarcar as diversas práticas históricas que, desde os gregos, desvelam a constituição de um sujeito da verdade (verdade esta que poderia ser encontrada justamente na sexualidade).

Partindo dessas teorizações brevemente expostas acima, o presente artigo visa a problematizar algumas questões que envolvem o legado teórico do filósofo Michel Foucault frente à questão da sexualidade, por meio do filme *Tomboy* (Sciamma, 2012).

No primeiro momento, focalizamos o roteiro do filme e os motivos pelos quais escolhemos esse título cinematográfico. Posteriormente, dedicamo-nos às contribuições que o filósofo Foucault deixou como legado diante da temática referente à sexualidade. Para finalizar, apresentamos fragmentos do filme *Tomboy*, articulando-o com os operadores e ferramentas foucaultianas, de sorte a problematizar pontos significativos que dizem respeito à nossa atual “experiência de sexualidade”.

TOMBOY: DA FICÇÃO À VIDA (OU A VIDA COMO FICÇÃO?)

Tomboy é um filme francês, com roteiro e direção de Céline Sciamma. Conta a história de Laure (Zoé Héran), uma garota de 10 anos, que acaba de se mudar com os pais (homem e mulher heterossexuais) e a irmã mais nova, Jeanne (Malonn Lévana), para uma cidade pequena localizada no interior da França. Laure, por vestir-se com roupas consideradas masculinas, assim como usar o cabelo curto, típico de meninos de sua idade, é confundida com um menino por sua vizinha da mesma faixa etária, Lisa (Jeanne Disson). Laure incorpora a confusão feita pela nova amiga e se autodenomina Michael, passando, então, a viver em seu meio social como um menino.

O filme não retrata o motivo pelo qual a mudança de localidade ocorre, mas carrega a intensidade de mudanças que a família vem fazendo, principalmente na fala do pai, em um diálogo que explicita a promessa de que ficariam ali por bastante tempo. E “mudanças” é o ponto-chave do filme ou, ao menos, a sua possibilidade.

Segundo o Dicionário Michaelis (2016), a palavra *Tomboy* é uma denominação dada a garotas que se interessam por atividades masculinas. Essa é a designação exposta por um dicionário *online* e atual, e apresenta o designio, mesmo no século XXI, de fragmentações de atividades por questões de gênero. Não obstante, a expressão também é utilizada, atualmente, de modo pejorativo, associada à homossexualidade feminina.

Comportamentos e sexualidade são práticas distintas e isso é bem demonstrado na cinematografia

concretizada por *Tomboy*. Há desejo imbricado na possibilidade de Laure ser reconhecida como Michael.

Para os pais de Laure, parece “natural” o comportamento da garota, que, além de gostar de usar cabelos curtos e as roupas típicas de meninos, tem preferências por brincar com garotos. Porém, ela esconde dos seus pais a “vida dupla” que passa a ter: na rua, experimenta a vida como menino e, em casa, vive a angústia de que essa experiência seja descoberta por seus pais. Laure tem como cúmplice sua irmã mais nova, Jeanne, que entra no jogo, para ela entendida como uma brincadeira, de ter um irmão mais velho.

Laure vive um conflito entre quem é (menina, como seus pais a apresentaram) e quem gostaria de ser (um menino), sem necessariamente remeter a uma homossexualidade infantil. Embora o filme contenha cenas que conduzem a descobertas da sexualidade da garota, quando mostra um beijo dado por Lisa em Michael, a cena não se constitui o foco principal da trama.

O principal argumento do filme é o jogo entre os papéis e expectativas de gênero vivenciado por Laure/Michael. Assim, no início, provoca no espectador a dúvida e a curiosidade sobre qual é o sexo da criança, dúvida de que pode ser esclarecida em uma rápida cena após o banho, onde o corpo de Laure é mostrado, revelando seu suposto “verdadeiro” sexo.

O receio da descoberta da “verdade” de Laure cria um clima de suspense, no desenrolar das cenas. O que inquieta em *Tomboy* é justamente a busca pelo “verdadeiro” sexo de Laure/Michel. Amargo nas problemáticas instigantes, *Tomboy* demonstra a ideia central de Laure e suas possibilidades de desejos, frente às verdades ocidentais ligadas à sexualidade. Uma ficção que imita a vida, visto que não se identificam personagens (fictícios), todavia, representações de uma vida e suas questões da ordem da sexualidade. Mas, ao mesmo tempo, leva-nos a pensar que a vida é uma ficção, uma invenção de convenções sobre modos de viver, fortemente articulada com as normas sobre gênero.

Identificamos no filme tais prescrições de gênero, que dizem respeito ao que culturalmente se construiu em torno do sexo (biológico) das crianças, pois o mesmo definiria o modo de se nomear, vestir e identificar-se socialmente, padrões estes estabelecidos em nossa sociedade.

Tais prescrições de gênero se iniciam mesmo antes de um corpo nascer. Antes do nascimento, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado, em um conjunto de expectativas estruturadas em redes complexas de pressuposições sobre comportamentos, interesses e subjetividades. Dizer o “sexo” do bebê (é menino ou menina?) não revela simplesmente o sexo da criança, mas o produz. É uma tecnologia de gênero, ou seja, um conjunto de instituições e técnicas que produzem masculinidade ou feminilidade condicionada ao órgão genital (Preciado, 2002).

A masculinidade e a feminilidade são produzidas por investimentos biopolíticos que vão desde a escolha de cores, brinquedos e roupas adequadas para cada “sexo” até as expectativas sobre o futuro dessa criança, previsão de seus gostos, comportamentos, modos de ser. Por outro lado, os corpos que ameaçam essa coerência sexo/gênero são sancionados, como é o caso de Laure.

Desse modo, o corpo já nasce atravessado pela cultura, na qual o sexo é uma das normas pelas quais alguém simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. Como afirma Berenice Bento (2011, p. 551): “[...] a suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria ‘humanidade’.”

O que se coloca em xeque em *Tomboy* são as convenções, as prescrições e as instituições, na medida em que

a mãe de Laure, ao descobrir que a filha se apresentou aos colegas como menino, a faz se vestir com um vestido, forçando-a a revelar seu “verdadeiro” sexo aos seus colegas e a dizer seu nome, para que todos saibam que é uma menina. Vemos, nessa cena, a mãe diante de um paradoxo que é estabelecido em nossa sociedade, pois, durante o filme, a família mostra certa aceitação das preferências de Laure (a forma de se vestir, o corte de cabelo, a cor azul no quarto, as brincadeiras), porém, quando a mãe descobre que Laure “se passa” por Michael, irrita-se e exige que a filha revele a “verdade”.

Laure, dessa forma, é convocada a produzir sobre sua sexualidade um “discurso de verdade”, o qual tem efeitos sobre si própria, ato entendido, nesse contexto, como uma confissão (Foucault, 2012a), que se constituiu a principal prática de regulação da sexualidade no século XVII, através dos discursos produzidos pelos sujeitos, a qual mencionaremos mais adiante.

DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: CONTROLE DISCIPLINAR E BIOPOLÍTICO DOS CORPOS

É de certo modo relevante identificar que Foucault lançou os volumes II e III de sua *História da Sexualidade* com cerca de 8 anos de diferença do volume I, porque a trajetória filosófica desse pensador foi sempre marcada por abalos, rupturas, que se distanciam do cômodo lugar colocado para o “autor” e para a unidade da sua “obra”. Para que fique mais claro esse deslocamento, vamos trazer algumas questões levantadas por Foucault, no início do seu projeto de escrever uma “história da sexualidade”, em 1976, em que ele nos apresenta operadores para pensar a sexualidade enquanto um dispositivo de controle da população e dos corpos.

Michel Foucault (1999, 2003b, 2006a), em sua *História da sexualidade*, afirma que os desejos sexuais são constituídos no curso de práticas sociais específicas, produzidas historicamente. Foucault (2003b) localiza no século XVIII a emergência da (ainda) atual concepção de que o sexo é o reduto da individualidade humana. Nesse período histórico, surge um erotismo discursivo generalizado, uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, a tal ponto que, a partir do século XIX, o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos.

Em *História da Sexualidade: a vontade de saber* [1976], Foucault (2012a) faz uma análise histórica da sociedade ocidental, no que se refere à sexualidade, com base na hipótese repressiva, a qual afirma que a sexualidade é fundamentalmente reprimida em nossa cultura. Não se trata de uma obra cujo objetivo seria exibir se somos ou não reprimidos, no que concerne à sexualidade, mas porque acreditamos e nos identificamos com tal repressão, com tanta veemência.

De maneira geral, a hipótese defendida no primeiro volume da *História da Sexualidade* é que, ao invés de repressão, os discursos sobre o sexo foram incitados, incentivados, proliferados, durante a Idade Clássica. Se gerir a sexualidade se tornara algo fundamental, logo, devia-se falar dela, compulsiva e minuciosamente; é necessário fazer circular os discursos para, assim, controlá-los. Dessa forma, inseria-se a sexualidade em sistemas de utilidade, fazendo-a funcionar em função de um padrão ótimo: assegurando o povoamento, reproduzindo forças de trabalho, formando uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora.

Cria-se o “lugar” da sexualidade coadunado com a norma. A sexualidade ganharia função, a procriação. Nesse sentido, as pessoas adultas que não se encontravam vivendo em conjugalidade estariam excluídas das benesses da sexualidade “normal”. As sexualidades identificadas como espúrias entravam em um processo de clandestinidade.

Na Igreja, o uso da confissão e, conseqüentemente, o da penitência era uma das formas utilizadas como técnicas de instância de poder para extrair discursos sobre questões da sexualidade e as verdades imbricadas nesse meandro. Deixar-se levar a detalhes não se restringia apenas ao uso do corpo, mas de seus desejos, dos seus pensamentos e afins; era a busca intensiva da “alma”. Discorre Foucault (2012a, p.25-26):

Examinai, portanto, diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, a vontade. Examinai, também, com exatidão todos os vossos sentidos... Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas as vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, todos os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento [...].

O discurso sobre o sexo ultrapassa, pois, o caráter religioso, o moral, e passa a ser regulado pela racionalidade. Só assim ele poderia ser gerido e, por conseqüente, ter utilidade. É por volta do século XVIII que nasce a incitação política, econômica, técnica, na prerrogativa de falar de sexo. Surgem problemáticas de ordem social ligadas ao sexo; é o controle dos corpos que se emancipa, na contabilidade e gestão de comportamentos: “[...] o sexo não se julga apenas, administra-se”, salienta Foucault (2012a). Questões como a taxa de natalidade, mortalidade, idade de casamento e afins passam a ser de extrema importância, vinculada a problemas econômicos.

Portanto, Foucault se permite pensar como se formam e como se modificam temáticas como a sexualidade, a partir dos jogos de saber-poder. É com base nesses jogos que se manifestam as relações que sustentam saberes, servindo para o processo de normatização dos corpos, no controle disciplinar dos sujeitos.

O poder latente em que Foucault trabalha em seus escritos não diz respeito à materialidade, à estrutura ou objeto que possa ser partilhado. O poder pode ser exercido nas relações de inúmeros pontos, não se enquadra em um padrão de igualitarismo, nem de imobilidades (Oksala, 2011). Logo, o poder se encontra em todas as relações, de forma incessável. Segundo Foucault (1995), o termo “poder” designa relações entre parceiros, ou seja, um conjunto de ações ligadas a uma determinada relação, as quais induzem e respondem a outra ação.

Essas relações de poder se estabelecem por meio, também, dos dispositivos que sustentam saberes e são sustentados por estes. Assim, a sexualidade seria considerada um dispositivo, o qual, por sua vez, possui função estratégica dominante diante do contexto histórico. Dispositivo, para o autor, é definido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais [...]. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. (Foucault, 1979, p. 138).

Não obstante, o poder exercido gera resistência. “Por ser compreendido como uma rede instável de práticas, onde há poder, há resistência. A resistência é parte dessas práticas e de suas dinâmicas, nunca estando, portanto, em uma posição de exterioridade.” (Oksala, 2011, p. 89).

Esses aspectos de resistência chamam atenção à concepção da sexualidade em torno da constituição do sujeito, à medida que haverá sempre efeito nas relações, mesmo que de formas desiguais ou instáveis, as quais estarão intimamente ligadas ao campo exterior. Assim, questões associadas à sexualidade amparam aspectos normativos da sociedade. As ações vinculadas à sexualidade se apresentam como fatores que geram efeitos, no campo social; são efeitos múltiplos, que ecoam os mecanismos disciplinares e reguladores.

Ao final do volume I da *História da Sexualidade*, Foucault (2012a) introduz a questão do biopoder, intensificando a ideia do poder produtivo frente ao repressivo. Essa ideia traz à tona não apenas a saúde dos corpos

individuais, mas também aspectos voltados ao campo social, assumindo, assim, o controle e a gestão da vida.

A novidade realçada por Foucault, de pensar a sexualidade enquanto um dispositivo, foi estratégica para perceber esse tipo de poder específico, que vai se desenvolver em nossa sociedade – o biopoder. Este, diferentemente do antigo poder de soberania, o qual se preocupava mais em “fazer morrer” ou “deixar viver”, vai inverter essa relação, para tentar se apropriar da própria vida, nos seus mais íntimos e pequenos detalhes, para justamente “fazer viver” ou “deixar morrer”.

O que Foucault identifica é que a sexualidade, enquanto um dispositivo central para fazer funcionar o biopoder, aciona os dois principais tipos de poder que o compõem, quais sejam: a disciplina e a biopolítica, pois a sexualidade diz tanto sobre o corpo individual, alvo principal do poder disciplinar, como sobre o corpo da população, objeto principal da biopolítica. Conforme apontado por Foucault (2012a, p. 152), “[...] as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”, e o sexo se encontra na articulação desses dois polos.

No mais, o autor enfatiza que o que caracterizou a atitude básica da sociedade moderna em relação ao sexo não foi o aspecto repressivo, mas o fato de que a sexualidade se tornou um objeto de novos tipos de discursos (médico, jurídico, psicológico) e a intensidade com a qual este se multiplicou (Oksala, 2011). A sexualidade, dessa forma, se apresenta como íntima à verdade e, sobretudo, sobre nós mesmos, produzindo efeitos no campo social.

O RETORNO AOS GREGOS E O ESTUDO DAS PRÁTICAS DE SI

O lançamento dos Volumes II e III da *História da Sexualidade*, em 1984, ao mesmo tempo em que dá continuidade a um projeto iniciado por Foucault, no ano de 1976, com o primeiro volume, evidencia um deslocamento teórico dentro das suas análises. Esse deslocamento já fora anunciado desde as suas aulas no curso dado pelo próprio filósofo, no Collège de France, em 1981, intitulado “Subjetividade e Verdade”. Nesse curso, ele inicia uma pesquisa sobre os modos instituídos do conhecimento de si e sobre sua história, através do que ele chama de “técnicas de si”, ou seja,

[...] os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si. (Foucault, 1981-1997, p. 109).

Essa história da subjetividade não tem como objetivo fazer uma história dos comportamentos ou mesmo uma história das representações. Ao fazer uma “história da sexualidade”, Foucault não tinha o propósito de reconstruir uma história das condutas ou das práticas sexuais, de acordo com suas formas sucessivas, evolução ou difusão. Ele queria fazer uma história da sexualidade enquanto “experiência”, tomada aqui como uma correlação dentro de uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (Foucault, 2012b).

Como vimos anteriormente, no projeto iniciado em 1976, Foucault nos traz diversas pistas e operadores conceituais e metodológicos para pensarmos essa experiência de sexualidade em nossa cultura, em função, principalmente, dos campos de saber e das normatividades impostas dentro desse campo. Por isso, para ele, era fundamental esse deslocamento, cujo fim era analisar aquilo que se designou enquanto “sujeito”.

Apesar desse deslocamento possa parecer, em um primeiro momento, apenas o direcionamento para o estudo de uma etapa já prevista dentro de um quadro geral de pesquisa, essas novas questões foram aparecendo para Foucault, à medida que desenvolvia suas aulas e seus cursos. Salma Muchail (2011) aborda esse estilo próprio de Foucault de dizer e de escrever que é marcado pela “experimentação”, quase “laboratorial”, típico de algo que se encontra sempre inacabado. Esse inacabamento que marca seus escritos é que o direciona a colocar novas questões para o problema da sexualidade e inseri-la dentro daquilo que, para Foucault, seria uma de suas grandes questões: fazer uma história da verdade.

Tanto no curso “Subjetividade e Verdade” como no curso que Foucault dará no ano de 1982, a “Hermenêutica do Sujeito”, ele está preocupado em construir essa história que associa o sujeito sua verdade. A questão do cuidado de si que emerge no texto platônico do *Alcibíades*, juntamente com toda uma cultura de si que vai aparecer nas sociedades gregas e romanas nos séculos I e II, vai ser importante para ele pensar como cada sujeito constrói a si mesmo, a partir de inúmeras técnicas e práticas de si que o vinculam a alguma verdade (Foucault, 2010).

Problematizar essas questões relacionadas às práticas de si, na Antiguidade, atreladas às atividades e condutas da ordem do prazer e do sexo, fez aparecer um conjunto de práticas que, de acordo com Foucault, irão exercer considerável importância nas nossas sociedades. Essas práticas são as chamadas “artes da existência”. Sobre elas, Foucault (2012b, p. 17-18) ressalta que podemos entender como

[...] práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.

Obviamente, devemos evitar o perigo de cair em uma análise que negligencie o período histórico aos quais tais práticas estão vinculadas e como elas foram se modificando, ao longo da história. Produzir-se, como uma “obra de arte”, uma “estética” da existência, tem sua emergência entre os gregos e romanos, e é possível verificar inúmeras delas ocorrendo no que poderíamos chamar de “experiência da sexualidade”, para eles (lembrando que o termo *sexualidade* remete muito mais à nossa experiência, já que é uma expressão que surge apenas no século XIX). Todavia, se formos tentar estabelecer paralelos, veremos inúmeras mudanças que são derivadas principalmente de toda uma conjuntura em termos de tecnologias de poder, os quais fazem com que a análise esteja atenta a essas mudanças.

Vale ressaltar que o privilégio da ética, nas últimas obras de Foucault, está relacionado com o interesse pela constituição do indivíduo em torno das técnicas de si associadas ao sexo (Fonseca, 2011). Na busca de compreender como o indivíduo ocidental se tornou um sujeito do desejo, Foucault questiona quando o sexo passou a ser objeto de uma preocupação moral. Para tanto, o filósofo recorre à Antiguidade, porque, para ele, os gregos inventaram a subjetivação, ou seja, a constituição ética de si (Deleuze, 1992).

A importância desse momento do trabalho de Foucault em relação à sexualidade permite fazer com que os estudos, os quais antes se voltavam às práticas de governo das condutas, por uma lógica do biopoder, se direcionem para as práticas que os próprios indivíduos produzem, enquanto uma forma de governo de si, capaz de produzir dobras e fissuras sobre as práticas de normatização, assim como fazer aparecer a liberdade, enquanto um exercício constante de produção da diferença.

TOMBOY E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA SEXUALIDADE

Cada sociedade tem seus regimes de verdade, isto é, tipos de discursos que ela produz e faz funcionar como verdadeiros, e essa "verdade" está intrinsecamente ligada a relações de poder, que a instauram e são sustentadas por ela. O discurso veicula e produz poder – e, onde há poder, há resistências, ou seja, poder e resistência são produzidos no mesmo campo e são inter-relacionados. A resistência se apresenta como parte dessa dinâmica relacional, sem haver uma centralidade de poder ou resistência (Oksala, 2011).

Segundo Foucault (2012a, p. 107), os pontos de resistência são, na maioria das vezes, móveis e transitórios, e “[...] introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.” A resistência funciona como a força contrária a um poder que se pretende dominante, sendo sempre possível modificar a situação que a relação de poder coloca. Foucault (2012a) revela também que o termo *resistência* remete a liberdade, quer dizer, o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres, entendendo esses sujeitos livres como sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades de escolhas.

No enredo de *Tomboy*, encontramos um regime discursivo de práticas que se referem à sexualidade, na nossa atualidade: a divisão binária entre meninos e meninas, repartidos enquanto sexo biológico. Tal divisão é demonstrada nas práticas diferenciadas que meninos e meninas devem ter, em algumas questões, como as brincadeiras que cada um/a deve realizar (os meninos fazem atividades com maior gasto de energia, enquanto as meninas realizam atividades mais “sossegadas”), a maneira de andar e de se vestir, o modo como deve urinar (as meninas precisam ser mais discretas). Se a criança não se adequa à performance prescrita ao seu sexo, pode ser objeto de desconfiança e de investigação, por parte daqueles que estão constantemente nos avaliando, afinal, como frisa Foucault (1979), o “olho do poder” em uma sociedade disciplinar como a nossa está em todos os lugares.

No filme, Laure entra em um jogo que “não seria o dela”. A verdade com a qual Laure tenta se subjetivar e estabelecer relação não condiz com o seu sexo biológico. Ela inventa para si outro nome, outra identidade, experimentando alguns prazeres de ser considerada um menino, mesmo sabendo que não pode cumprir com todas as regras prescritas para isso. A resistência que a protagonista exerce, em termos de relações de poder, está na sua insubordinação, na sua recusa a um “ajustamento” que a colocaria dentro de um papel de “menina”, mesmo tendo que se “ajustar” ao que se espera de um “menino”. A resistência aparece, nesse ponto, como esses pequenos traços de liberdade, que assumimos em situações limites e que dizem de um agir ético, no qual as práticas de verdade assumidas pelo sujeito modificam o seu próprio “ser”.

O poder, com relação ao sexo, seria “aquilo que dita a lei”, dando origem ao binarismo: lícito, ilícito, permitido e proibido (Foucault, 2012a, p. 93). Assim, ao propor uma desconstrução desses binarismos, possibilita que se pense nas relações entre os gêneros como relações de poder e a construção de uma identidade como um efeito dessas relações.

Gênero, segundo Scott (1995, p. 21), “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Logo, as relações de gênero, como relações de poder, produzem discursos em torno da sexualidade dos sujeitos, que a tomam (ou não) como verdade.

Dessa maneira, gênero (masculino e feminino) e identidade se articulam, na medida em que também dizem respeito a construções sociais e que mantêm relação com o poder, o qual está em estreita relação com o saber. Como salienta Louro (2000, p. 6), “[...] as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.” Pode-se sustentar que as identidades, assim como a sexualidade, são históricas, portanto, construídas.

O corpo se tornou alvo de investigação, pois foi a partir dele que se produziu a diferenciação sexual. Como demonstrou Foucault (1979, p. 149), “o discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres [...]”. Portanto, o corpo e a sexualidade têm sido centrais para as discussões no campo biopolítico. Por conseguinte, essa política da vida, de gestão dos corpos, teria como finalidade o “[...] equilíbrio da população, sua homeostase, sua regulação”, como caracteriza Castro (2009, p. 60), ao tratar das objetivações da biopolítica enquanto disciplina.

Dentro dessa perspectiva, Foucault (2012a, p. 116) elenca quatro conjuntos estratégicos que deram origem a dispositivos específicos de saber e poder concernentes ao corpo e ao sexo: a sexualidade das mulheres, a sexualidade das crianças, o controle do comportamento procriativo e a demarcação de perversões sexuais, como problemas de patologia individual. Observa-se que, do controle da população, faz surgir uma preocupação específica com grupos particulares de pessoas, nesse caso, mulheres, crianças e homossexuais.

A preocupação é antiga (século XVIII) e, ao mesmo tempo, atual, pois, com ela, as funções reguladoras estão presentes nas relações cotidianas da sociedade ocidental, na qual o sexo se tornou alvo de um poder que se organiza em torno da gestão da vida.

Pensando nas tramas de *Tomboy*, em que a identidade de Laure é questionada, bem como sua expressão de sexualidade infantil, vemos exatamente a problemática da verdade e a relação com o sujeito de desejo. Vemos ainda como isso incide diretamente sobre a personagem, já que, por se desviar daquilo que seria uma conduta “natural” para seu sexo, ela poderia ser alvo desses quatro conjuntos estratégicos.

No que concerne à sexualidade na infância, vemos a família, na figura dos pais, os médicos, os pedagogos e os psicólogos serem responsáveis pela pedagogização das crianças. Nesse aspecto, “[...] o corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle” (Foucault, 1979, p. 83), em que os processos de resistência (ao controle) são efeitos das relações de poder firmadas na atualidade, as quais procuramos delinear, através das tramas do filme analisado neste ensaio.

É possível perceber que uma sociedade normalizadora, como a nossa, integra cada vez mais um conjunto de técnicas de poder, na tentativa de propor regras de conduta e normalização, na qual a patologização da sexualidade está também presente, porque através dela se constroem discursos e se produzem saberes sobre o sujeito de uma sexualidade que seria “perversa” ou “desviante”.

No discurso da medicina atual, Laure poderia ser considerada uma menina transexual. Desse modo, revelaria uma forte identificação com condutas socialmente ligadas ao sexo diferente daquele atribuído, ao nascer, e sofreria com um persistente desconforto com relação ao próprio sexo, além de apresentar uma possível insatisfação e inadequação com o papel social do sexo, fixado socialmente.

Casos de crianças com essa classificação têm aparecido com mais frequência nos noticiários. No Brasil, já há propostas de pesquisa a respeito dessa população, na tentativa de um “ajustamento” social da criança,

nos espaços de convivência. Essa transição de gênero, vinculada ao caráter da “verdade sexual” – e da identidade – pode gerar mal-estar tanto para o indivíduo – caracterizado como transexual, travesti ou transgênero – quanto para a família; normalmente, os pais exigem que a criança se comporte segundo o que se convencionou socialmente como pertinente ao seu sexo biológico, o que causa processos de sofrimento, principalmente com a chegada de períodos como a puberdade, e em questões ligadas à sociabilidade.

Vale ressaltar que, ao invés de compreender experiências de vida como as de Laure, do modo apresentado acima, ou a partir das definições médicas, preferimos identificá-las com base no termo *trans*, utilizado aqui como termo guarda-chuva, na tentativa de superar o incômodo dos rótulos que aprisionam os modos de ser, tais como travestis, transexuais, transgêneros (esse último pouco aceito pelo movimento LGBT, no Brasil), acabando por produzir verdades e gerar estratégias de poder e de controle. Pessoas/crianças *trans*, portanto, pressupõe um termo abrangente, quase impreciso, que abre a possibilidade para uma pluralidade de modos de ser e de identificações.

A escola é outro ambiente que pode vir a apresentar mal-estar e sofrimento para crianças *trans*. A dúvida e a curiosidade, características da infância, podem gerar, muitas vezes, críticas e situações de discriminação, tais como: não aceitação das roupas ou acessórios utilizados, não respeito pelo nome com o qual deseja ser identificado (nome social), dificuldade de ir ao banheiro apropriado ao seu modo de viver, diversas situações de preconceito etc.

O discurso produzido a esse respeito torna evidente a problemática da relação saber-poder, na qual a medicina, a psicologia e outros saberes são responsáveis por fazer veicular um “discurso de verdade” quanto ao comportamento das crianças que, nesse caso, não seguem os padrões de gênero prescritos socialmente. Juntamente com o direito, são forças que influenciam modos de olhar a sexualidade dos sujeitos. Conforme enfatiza Foucault (2012a), a lei funciona cada vez mais como norma, cujas funções são, sobretudo, reguladoras.

A maneira pela qual os indivíduos se reconhecem como sujeitos, ou como se reconhecem como sujeitos da sexualidade, não passa aqui, como destaca Foucault (2012b), pelo estabelecimento de uma relação de “si para consigo mesmo”, que lhe permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser. São, no entanto, conduzidos por discursos que produzem verdades sobre eles e por eles.

Laure não é questionada em relação ao seu desejo de ser um garoto, mas quanto a sua “mentira” para com os colegas. A sua experiência não é autorizada pela mãe e nem mesmo pelos colegas, que, quando descobrem a “verdade” sobre o sexo da menina, se sentem curiosos e indignados.

A ficção nos remete a pensar nas cenas cotidianas, nas quais as práticas normalizadoras, atravessadas pelos discursos do direito (direito à felicidade, à saúde, à liberdade), podem ser novas formas de exercício de poder sobre os sujeitos. São sujeitos que muitas vezes não estão autorizados a produzir suas próprias verdades, através das experiências vivenciadas em sua sexualidade, nem mesmo a se reconhecerem como sujeitos de uma sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que a busca pelo conhecimento envolto na temática da sexualidade, Michel Foucault construiu o estudo da constituição do sujeito, a partir da sexualidade, tornando-a um objeto histórico diante da questão do saber-poder.

Falar de si como ato de supostamente encontrar verdades acerca de si mesmo ainda é uma prática

contemporânea. “Precisamos *verdadeiramente* de um *verdadeiro* sexo? Com uma constância que beira a teimosia, as sociedades do Ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta.” (Foucault, 2010b, p. 82). Teorias biológicas, médicas, jurídicas, psicológicas, dentre outras, permeiam o campo dos saberes, sempre em volta de uma verdade frente à livre escolha sexual de um indivíduo indeterminado e dinâmico, ao qual querem dizer, mais do que ele mesmo, sobre o que lhe pertence.

Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. (Foucault, 2012a, p. 108-109).

Laure/Michael é uma personagem fictícia de um drama cinematográfico; uma identidade questionada, diante da verdade e da relação com o sujeito de desejo. A ficção imita a vida, remetendo-nos a diversas práticas cotidianas de normalização das condutas, na sociedade ocidental. Problematizar, de forma breve, a temática é apenas o início do diálogo sobre o tema, oportunizando sua visibilidade e, talvez, concebendo novas possibilidades de modos de vivenciar nossas próprias experiências. Dessa maneira, o ensaio se propôs verificar, a partir dos pensamentos de Foucault, em que podemos contribuir para pensar a sexualidade e a relação do sujeito e sua verdade, diante do contexto atual, possibilitando, quem sabe, novas formas de vidas/existências.

Referências

- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário em Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2014). *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Deleuze, G. (1992). Um retrato de Foucault. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34.
- Fonseca, M. (2011). *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. 3. ed. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1995). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., & RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249.
- _____. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. (A. Daher, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2010a). *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.

_____. (2010b). *O verdadeiro sexo. Ética, sexualidade e política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2012a). *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2012b). *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

Lemos, F. C. F., & Cardoso Júnior, H. R. (2012). Problematizar. In: FONSECA, T. M. G., NASCIMENTO, M. L., & MARASCHIN, C. (Org.). *Pesquisar na Diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.

Louro, G. L. (2000). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica.

Muchail, S. T. (2011). *Foucault, mestre do cuidado*. São Paulo: Loyola.

Oksala, J. (2011). *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar.

Preciado, B. (2002). *Manifesto contra-sexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima.

Sciamma, C. (dir, guin.) (2012). *Tomboy de Céline Sciamma*. [DVD]. Paris: Hold-Upfilms; Lilies Films; Arte France Cinéma.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Tomboy. Em *Dicionário on-line Michaelis*. Retirado 02 de janeiro de 2010, a partir de http://michaelis.uol.com.br/escolar/ingles/definicao/inglesportugues/tomboy_19011.html.